

POR QUE OS ARQUIVISTAS E OS MUSEÓLOGOS PERTENCEM À MESMA FAMÍLIA OCUPACIONAL NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES?

Thiara dos Santos Alves

Arquivista do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: thialves@yahoo.com.br

Resumo: Na versão atual, de 2002, da Classificação Brasileira de Ocupações, os Arquivistas e os Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, embora estes profissionais possuam distintos objetos de trabalho e atribuições específicas na sociedade. Deste modo, o objetivo deste artigo foi explicar o porquê do posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos se dá em uma mesma Família ocupacional. Esta pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa valeu-se de pesquisa bibliográfica e documental, a partir das fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações. Os estudos destas fontes primárias revelaram que Arquivistas e Museólogos pertencem à mesma Família ocupacional por motivos pragmáticos – não houve consistência teórica e metodológica para esta junção –, resultantes da inexpressividade numérica dos profissionais e pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, como referência para a elaboração da Classificação Brasileira de Ocupações. A relevância deste trabalho consiste na possibilidade de orientar eventuais alterações, em futuras oportunidades de revisão, da Classificação Brasileira de Ocupações.

Palavras-chave: Classificação Brasileira de Ocupações. Arquivistas. Museólogos. Família ocupacional.



1 INTRODUÇÃO

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o “documento normalizador (no sentido classificatório) do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdo das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (BRASIL, 2010a). Ela é utilizada, com fins classificatórios e de identificação das ocupações, no mercado de trabalho, nos registros domiciliares e administrativos que dizem respeito aos programas da política de trabalho no Brasil (BRASIL, 2007-2017b). Além disso, a CBO é fundamental para diversas estatísticas e estudos (BRASIL, 2010a).

Após sua elaboração em 1977, a CBO passou por atualizações pontuais, que não alteravam sua metodologia nem sua estrutura. No ano de 1988, foi publicada uma nova versão da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO 88), editada em espanhol, que alterava os critérios de agregação dos grupos ocupacionais (BRASIL, 2010a). A adoção da CIUO 88 pela CBO, com algumas adaptações, demandou um longo processo de estudos e trabalhos que se concretizaram em 2002. Antes disso, em 1994, entrou em vigor a Portaria nº 1.334/94, que aprovou a Classificação Brasileira de Ocupações versão 94 (CBO 1994), para uso em todo o país.

A construção da nova classificação foi organizada pela Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO) e a descrição das Famílias ocupacionais para a atual versão da CBO, de 2002 (CBO 2002), utilizou, com adaptações, o método Dacum – *Developing A Curriculum* – difundido

nos Estados Unidos e no Canadá há mais de 40 anos. Ele parte do seguinte princípio: “quem melhor descreve o trabalho é quem o desempenha” (BRASIL, 2010b). O processo descritivo foi delegado aos ocupantes da profissão, orientados por um facilitador/relator qualificado na aplicação do método Dacum.

Os conceitos de ocupação e de Família ocupacional são centrais na definição da CBO 2002. A ocupação – composta por 5 dígitos – é um conceito que representa “a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas” (BRASIL, 2010a); refere-se também ao conjunto de empregos e/ou postos de trabalho, substancialmente similares quanto à natureza e às qualificações exigidas, constituindo-se de funções, tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador, para a obtenção de produtos e serviços (BRASIL, 2007-2017c).

A Família ocupacional por sua vez, – representada pelo código de 4 números – é a “unidade de classificação descritiva mais desagregada” (BRASIL, 2007-2017c). A Família ocupacional ou Grupo de base é uma categoria sintética atrelada ao conceito de ocupação, que “correspondente a um conjunto de ocupações similares que integram um domínio de trabalho mais amplo do que aquele da ocupação” (NOZOE *et al.*, 2003).

Na versão atual, de 2002 (com alterações incluídas em 2013), da CBO (CBO 2002), as ocupações de Arquivista (código 261305) e de Museólogo (código 261310) pertencem à Família ocupacional, de código 2613, denominada como “Arquivistas e Museólogos”. Esta Família ocupacional está alocada no Subgrupo 261, “Profissionais da Comunicação e da Informação”, que é composto por oito¹ Famílias ocupacionais. O Subgrupo 261 está inserido no Subgrupo principal 26, “Comunicadores, Artistas e Religiosos”, que, por sua vez, está localizado no Grande grupo 2, “Profissionais das Ciências e das Artes”.

Embora haja interfaces entre a Arquivologia e a Museologia, os profissionais destas áreas possuem distintos objetos de trabalho e atribuições específicas na sociedade (que, algumas vezes, são convergentes); contudo, a CBO 2002 reuniu Arquivistas e Museólogos em uma mesma Família ocupacional. Deste modo, o objetivo deste artigo foi explicar o porquê do posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na CBO 2002, se dá em uma mesma Família ocupacional.

Para entender como foi desenvolvido o processo de elaboração da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, solicitou-se, em 2015, à DCBO o acesso ao estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na CBO 2002 e qualquer

¹ Famílias ocupacionais que compõem o Subgrupo “Profissionais da Comunicação e da Informação”: Profissionais do jornalismo (código 2611); Profissionais da informação (código 2612); Arquivistas e Museólogos (código 2613); Filólogos, Tradutores, Intérpretes e afins (código 2614); Profissionais da escrita (código 2615); Editores (código 2616); Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão (código 2617); Fotógrafos profissionais (código 2618).

outra documentação concernente à esta Família e aos trabalhos desenvolvidos para a formulação da CBO 2002. Foi o estudo desta fonte primária documental que permitiu o alcance do objetivo deste artigo. Deste modo, a pesquisa aqui apresentada valeu-se do método qualitativo e quanto ao nível de interpretação do objetivo (MARCONI; LAKATOS, 1982), o estudo foi do tipo descritivo e explicativo. As técnicas de pesquisa empregadas como instrumentos de operacionalização do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 1982) foram pesquisa bibliográfica e documental, a partir das fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO).

2 O PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”

Os trabalhos de descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, para a CBO 2002, resultou em informações sobre: “Título sinônimo da ocupação”, “Descrição sumária”, “Formação e experiência”, “Condições gerais de exercício”, “Código internacional CIUO 88”, “Recursos de Trabalho” e “Grande Área de Competência” (GAC²) (BRASIL, 2010a). Estes trabalhos estiveram sob a orientação da Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas (Funcamp), a instituição conveniada responsável (BRASIL, 2010a), e contaram com a presença de especialistas participantes³ – “trabalhadores da área que atuaram como especialistas no painel de descrição e/ou de validação” (BRASIL, 2010a) – que atuavam em várias instituições. O trabalho dos especialistas participantes foi orientado por uma relatora e por um facilitador⁴, pessoas qualificadas na aplicação do método Dacum (*Developing A Curriculum*), utilizado, com adaptações, na descrição das Famílias ocupacionais

Pesquisas nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2000-2001) revelam informações importantes sobre o processo de elaboração da descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, processo tal que se

² No produto final da CBO 2002, as Grandes Áreas de Competência (GAC's), que se desdobram em diversas atividades, estão descritas na Tabela de Atividades da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos. As GAC's desta Família ocupacional são: “A – Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”, “B – Criar projetos de museus e exposições”, “C – Organizar acervos museológicos públicos e privados”, “D – Dar acesso à informação”, “E – Conservar acervos”, “F – Preparar ações educativas e/ou culturais”, “G – Planejar atividades técnico-administrativas”, “H – Orientar a implantação de atividades técnicas”, “I – Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas”, “J – Realizar atividades técnico-administrativas”, “K – Administrar atividades patrocinadas”, “Y – Comunicar-se”, “Z – Demonstrar competências pessoais” (BRASIL, 2007-2017a).

³ Especialistas participantes: Adilson José de Almeida; Ana Celeste Indolfo; Ana Silvia Bloise; Antônio José Marques; Celina Kuniyoshi; Diná Terezinha Camarinha Queiroz Jobst; Fabiana Valeck de Oliveira; Fátima Regina Nascimento; Maria Aparecida Remedio; Maria Helena Pinoti Schiesari; Maria Olímpia M. Dutzmann; Marilucia Bottallo; Marília Xavier Cury; Rosana Montiel; Silvia Coelho Hernandez; Wilson Roberto Stanziani. Os nomes dos especialistas participantes podem ser encontrados: nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2000-2001); no documento “*Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*” (BRASIL, 2010a); no site da CBO, ao fazer a “Busca por Título”, utilizando a expressão “Arquivistas e Museólogos” (os nomes dos especialistas podem ser visualizados no ícone, à esquerda, “Participantes da Descrição”) (BRASIL, 2007-2017a).

⁴ Relatora: Paula Montagner (BRASIL, 2000-2001). Facilitador: Vicente Rodriguez (BRASIL, 2000-2001).

iniciou no ano de 2000.

Entre 09 e 10 de novembro de 2000, reuniram-se, em São Paulo, os especialistas participantes, o relator e o facilitador para elaborarem a descrição da família 2613, que até então era intitulada como Arquivologistas e Museólogos. No Relatório de Observações por Família (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição, o facilitador dos trabalhos registrou, na parte destinada ao escopo da Família ocupacional, que: “A grande maioria destes profissionais possuíam experiência de mais de 10 anos na profissão. Todos possuem formação em nível superior e grande parte deles exerce permanentemente atividades docentes em diversas faculdades” (BRASIL, 2000-2001).

Também sobre os especialistas participantes a parte “Observações do conveniado”, deste mesmo relatório da etapa de descrição, informa que utilizou-se a metodologia Dacum, que pretendia-se ampliar a representação geográfica dos participantes no comitê de validação e que no processo de validação pretendia-se sanar a ausência de um representante dos museus privados (BRASIL, 2000-2001). Cabe apresentar uma parte do relatório, destinada à dinâmica do comitê, na qual o facilitador fez considerações sobre os representantes:

Os integrantes do comitê apresentaram um excelente desempenho, pois a maioria deles tinha uma vasta experiência e são reconhecidos em sua área de atuação, bem como em geral possuíam um alto grau de qualificação educacional. A disponibilidade para a descrição das atividades ocupacionais foi muito grande. Um destaque especial merece o excelente nível [sic] conceitual demonstrado pelos especialistas. A pesar [sic] da tensão existente, pela divisão apresentada no interior da família, o esforço de superação e o alto nível [sic] das discussões permitiu [sic] levar a bom termo o trabalho de facilitação, que por vezes parecia difícil de concretizar (BRASIL, 2000-2001).

Estas citações destacam as instituições de Ensino Superior como espaço de atuação profissional dos especialistas participantes. O comitê foi composto por profissionais experientes e bem qualificados, portanto, seguiu-se, de fato, o princípio da metodologia Dacum, o qual considera que quem descreve e define a profissão com melhor precisão é o trabalhador especialista. A última citação apresentada e as demais partes do relatório da etapa de descrição revelam que houve conflito entre os especialistas participantes, quanto à unidade da Família ocupacional 2613.

Desde o início dos trabalhos ficou estabelecido pelos especialistas a *TOTAL falta de identidade entre as ocupações*. No primeiro período de trabalho foi extremamente difícil fugir desta problemática. Na análise [sic] dos cartões de descrição pode-se observar que as duas primeiras GAC's [Grande Área de Competência] são estanques, uma para cada ocupação. Esta foi uma decisão do comite [sic] que mesmo na hora de realizar o perfil decidiu consensualmente não se identificar na GAC da outra ocupação⁵. Apenas a partir da terceira GAC é que se pode verificar alguma identificação de ambas [sic] ocupações. *Tanto os museólogos quanto os arquivistas manifestaram a necessidade de serem separados como família, inclusive recusando com veemência qualquer possibilidade de reorganização em uma família [sic] de profissionais da informação na qual seriam*

⁵ No produto final da CBO 2002, as GAC's, descritas na Tabela de Atividades da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos (BRASIL, 2007-2017a), é possível identificar que há uma área específica para os Arquivistas: A – “Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”; e para o Museólogo, são duas áreas específicas: B – “Criar projetos de museus e exposições” e C – “Organizar acervos museológicos públicos e privados”.

incorporados os bibliotecários [sic].

Esta separação deve-se a razões conceituais e metodológicas na abordagem do objeto de conhecimento profissional.

O facilitador gostaria de alertar para o fato de que, além das questões de cunho metodológico, existiu um confronto de tipo corporativo muito aguçado. A tensão para delimitar as ocupações e a exclusão rigorosa de qualquer interferência nas tarefas de uma ocupação sobre as atividades da outra, resultou, algumas vezes, em discussões acaloradas e mesmo ásperas em certos momentos. Foram estas discussões as mais difíceis de serem conduzidas.

O facilitador sugere que a equipe do MTE, [sic] análise com maior cuidado a proposta de montagem de uma família [sic] com [sic] esta, agrupando diferentes ocupações. Independentemente do elevado corporativismo dos argumentos, ou da justeza ou não das reivindicações, a sugestão fundamenta-se na posição explícita do comitê de especialistas contra [sic] junção das duas profissões em foco debaixo de um mesmo guarda-chuva (BRASIL, 2000-2001, grifo meu).

A ausência de identificação entre as ocupações pode ser entendida como reflexo do reconhecimento, por parte dos especialistas participantes, de um *heartland*, núcleo central da profissão (CUNHA; CRIVELLARI, 2004), muito bem definido em cada área. As GAC's estanques para cada ocupação parecem ser uma tentativa de limitar a vulnerabilidade do campo de jurisdição profissional. As demais GAC's seriam o *hinterland* (periferia da profissão) e o *horizon* (margens entre o *heartland* e o *hinterland*) (CUNHA; CRIVELLARI, 2004) destes grupos profissionais, que permitem a confluência entre profissões que se relacionam. O desejo de separação dos Arquivistas e dos Museólogos em Famílias ocupacionais distintas revelou um confronto corporativista em defesa do monopólio do espaço profissional. A rejeição de estarem juntos aos Bibliotecários, como anteriormente na CBO do ano de 1994 (CBO 1994)⁶, em uma Família ocupacional de Profissionais da informação, revela que os especialistas participantes não reconhecem os Arquivistas e os Museólogos como Profissionais da informação, por motivos conceituais e metodológicos relacionados aos objetos de trabalho para os campos de Arquivologia e Museologia.

Na literatura da Ciência da Informação, não há consenso quanto ao conceito de Profissionais da informação. O termo “Profissionais da informação” ora é utilizado com maior elasticidade, designando os diversos profissionais ligados à cadeia de processamento da informação (produção, tratamento, análise, disseminação, etc), ora designa particularmente os Bibliotecários (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005). Portanto, os especialistas participantes possivelmente não comungam do sentido mais abrangente de “Profissionais da informação”.

Quanto à definição da Família ocupacional, o facilitador conclui: “A proposta é a separação das ocupações em duas famílias” (BRASIL, 2000-2001). Segundo o facilitador, o comitê propôs a

⁶ Na estrutura da CBO 1994 o Grupo de Base 1-91, “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos”, era composto pelas seguintes ocupações: “Bibliotecário” (código 1-91.20), “Documentalista” (código 1-91.25), “Arquivologista” (código 1-91.30), “Museólogo” (código 1-91.40), “Administrador de banco de dados” (código 1-91.45) e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos” (código 1-91.90). O Grupo de Base 1-91 estava inserido no Subgrupo 1-9, “Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados Não-Classificados sob Outras Epígrafes”, que, por sua vez, pertencia ao Grande grupo de número 1, intitulado “Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados” (BRASIL, s/d).

criação de duas Famílias distintas, uma denominada de Museólogos e a outra, de Arquivistas. Dentro desta proposta, “Museólogo”, “Especialista em documentação museológica”, “Especialista em educação de museus”, “Especialista em conservação de acervos” e “Especialista de museografia de exposição” constariam como títulos sinônimos da Família Museólogos, que seria definida conforme a seguir:

Criam, planejam e desenvolvem exposições e museus; criam e elaboram projetos museológicos e museográficos; organizam e conservam acervos museológicos e coleções e sua respectiva documentação; criam, planejam e desenvolvem ações educativas e/ou culturais; desenvolvem estudos de público; dão acesso às informações; participam da política [sic] de criação e implantação de museus, organizam e gerenciam reservas técnicas; produzem e transmitem conhecimentos específicos [sic] a partir do acervo museológico (BRASIL, 2000-2001).

A proposta da Família Arquivistas foi acompanhada da recusa da denominação de Arquivologistas e o comitê sugeriu “Arquivista”, “Gestor de documentos”, “Especialista em documentação arquivística” e “Administrador de arquivos” como títulos sinônimos e apresentou a seguinte definição:

A segunda [Família ocupacional] [sic] denominada de Arquivista, recusam [sic] a denominação de Arquivologistas, e com a seguinte definição:

Planeja, orienta e supervisiona, coordena e dirige as atividades de organização, avaliação e custódia dos arquivos. Planeja e coordena a implantação de atividades e operações relativas a [sic] gestão [sic] documental, realizando o controle da produção, do uso e do fluxo dos documentos nas fases correntes e intermediária.

Estabelece critérios de avaliação e seleção de documentos, fixando prazos de guarda e garantindo a preservação dos documentos de guarda permanente.

Planeja e coordena as atividades de arranjo e descrição de documentos, elaborando instrumentos de pesquisa que possibilitam a recuperação das informações, o acesso aos documentos de guarda permanente pelos usuários.

Planeja e coordena a implantação de programas de conservação preventiva. Planeja e supervisiona a implantação de sistemas de arquivo. Planeja e coordena as atividades de consulta e acesso as [sic] informações, disponibilizando-as nas diferentes mídias [sic]. Planeja e orienta a adoção de novas tecnologias [sic] na produção e recuperação, armazenamento e gerenciamento da informação (BRASIL, 2000-2001).

As definições das duas Famílias ocupacionais propostas anteriormente determinam com mais clareza o que caracteriza a profissão de Arquivista e de Museólogo se comparada à descrição da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, da CBO 2002:

Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas (BRASIL, 2010a).

A versão atual da CBO descreve a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” a partir das nove primeiras áreas⁷ das GAC's, constantes no relatório com a Tabela de Atividades, uma

⁷ A – “Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”; B – “Criar projetos de museus e exposições”; C – “Organizar acervos museológicos públicos e privados”; D – “Dar acesso à informação”; E – “Conservar acervos”; F – “Preparar ações educativas e/ou culturais”; G – “Planejar atividades técnico-administrativas”; H – “Orientar a

descrição muito genérica e vaga. Já as definições propostas pelo comitê eram mais específicas, principalmente a definição dos Arquivistas, que se ateuve às atividades que estes profissionais desempenham e não tentou apenas agrupar as atividades em áreas de competência. Os sinônimos propostos pelo comitê foram utilizados na CBO 2002, porém, nesta versão atual da CBO, há a inclusão de outros dois sinônimos para os Museólogos: Auxiliar de museus e Conservador de museu; e também mais dois sinônimos para os Arquivistas: Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística e Especialista em organização de arquivos.

O título sinônimo, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, se aproxima dos títulos sinônimos Chefe de seção de serviço de arquivo médico e estatística e Encarregado de arquivo médico, utilizados na ocupação de Arquivologista, na versão CBO 1994. Além disso, restringe a gama de arquivos especializados (arquivos que tratam de um assunto específico) que um Arquivista pode atuar.

Conservador de museu⁸ também é um título sinônimo apresentado na CBO 1994 como forma de designar a ocupação de Museólogo. Auxiliar de museus é usado na CBO 1994 como título sinônimo da ocupação “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”. No Brasil, antes da profissão de Museólogo ser regulamentada havia três termos para identificar o profissional: Conservador, Museologista e Museólogo (COSTA; LIMA, 2013). O uso do termo Museólogo tornou-se oficial no país a partir do Decreto nº 58.800/66, que aprovou o Regimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (COSTA; LIMA, 2013).

O conveniado também fez comentários quanto à dinâmica do comitê de descrição:

Nota-se pela descrição do facilitador [sic] a tensão permanente, durante o processo de descrição, entre as duas ocupações da família. As recomendações do facilitador demonstram as dificuldades de manter reunidas em uma única família ocupacional as duas ocupações.

A descrição das atividades apresenta os problemas tradicionais referentes às GAC's Comunicar-se e Competências Pessoas [sic] [pessoais]. Estas dificuldades estão relacionadas à falta de clareza sobre o que deve ser considerado competência pessoal ou não (BRASIL, 2000-2001).

Nesta fase de descrição, o Relatório de Observações por Família (BRASIL, 2000-2001) também apresenta observações adicionais do MTE, quanto ao escopo da Família ocupacional:

*O MTE verificou o escopo desta família ocupacional em várias classificações. Na classificação canadense, além dos arquivistas e museólogos, são incluídos nesta família os profissionais de galerias de arte. Na classificação americana O*NET [sic] a estrutura está bem dinâmica. Em 1998 [sic] eles publicaram a Família dos trabalhadores de pesquisa em museu, os arquivistas, os curadores e o pessoal técnico de museus. Na versão de setembro de 2000, foi eliminada a família trabalhadores de pesquisa em museu. A profissão de técnico de museu [sic], apesar do nome, refere-se a trabalhadores com mestrado em*

implantação de atividades técnicas”; I – “Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas” (BRASIL, 2007-2017a).

⁸ É interessante observar que conservador de museus é um sinônimo para Museólogos na CBO 2002. Na Universidade Federal de Minas Gerais há uma graduação em Museologia, na Escola de Ciência da Informação, e outra graduação em Conservação-Restauração de Bens Móveis, na Escola de Belas Artes.

museologia. Na classificação canadense, há uma família para técnicos em museus e exposições. Na CIUO88 (*Classificação Internacional Uniforme de Ocupações*) [sic] *arquivistas e museólogos constituem uma família ocupacional.*

O MTE achou interessante a solução encontrada pelo grupo, com algumas GACs comuns e outras específicas. *Embora possam ser consideradas ocupações com mobilização de conhecimentos e habilidades distintas, não há como defender a separação em duas famílias, pela expressão numérica das mesmas no Brasil.* No limite, faremos uma descrição com duas matrizes. Porém, a equipe de facilitação encaminhou muito bem a questão e seria conveniente tentar manter este encaminhamento na validação. Caso não se chegue a consenso, manter a clareza dos enunciados, revisar todo o conteúdo. Confirmando-se esta hipótese, o MTE organizará duas mini-reuniões de convalidação, com grupos separados e cartões separados. Não esquecer de averiguar se o curador pode ficar como sinônimo ou ocupação desta família (BRASIL, 2000-2001, grifo meu).

Estas observações adicionais do MTE demonstram que o fato dos Arquivistas e dos Museólogos estarem em uma mesma Família em outras classificações internacionais foi levado em consideração para avaliar a junção destes profissionais na CBO. Todavia, não se sabe se o contexto de inserção profissional dos Arquivistas e dos Museólogos em outros países foi estudado para fazer uma analogia com o contexto brasileiro. A Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88), foi adotada pela CBO, com algumas adaptações, e esta escolha também influenciou a junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional.

A adoção adaptada da CIUO 88 na CBO 2002 foi explicitada no campo “Código Internacional: CIUO 88”, da ficha de descrição da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, onde está registrado o código 2431 (*Archiveros y conservadores de museos*), para comparação de estatísticas internacionais (BRASIL, 2010a).

Na estrutura da CIUO 88, o Grande grupo 2: *Profesionales científicos e intelectuales (Professionals)* é composto pelo Subgrupo principal 24: *Otros Profesionales científicos e intelectuales (Other Professionals)*; o Subgrupo principal 24 é formado pelo Subgrupo 243: *Archiveros, bibliotecarios, documentalistas y afines (Archivists, Librarians and related information professionals)*; e, por fim, o Subgrupo 243 abriga os Grupos Primários 2431: *Archiveros y conservadores de museos (Archivists and curators)* e 2432: *Bibliotecarios, documentalistas y afines (Librarians and related information professionals)* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005)⁹.

No último trecho apresentado do Relatório de Observações por Família (BRASIL, 2000-2001) há uma informação de suma importância: o MTE reconhece que as ocupações de Arquivista e

⁹ Em 2007, a CIUO 88 foi atualizada e na sua nova versão, a CIUO 08, os Arquivistas e Museólogos podem ser encontrados na seguinte estrutura: Grande grupo 2: *Profesionales científicos e intelectuales (Professionals)*; Subgrupo principal 26: *Profesionales en derecho, en ciencias sociales y culturales (Legal, social and cultural professionals)*; Subgrupo 262: *Archivistas, bibliotecarios, curadores y afines (Librarians, archivists and curators)*; Grupos Primários 2621: *Archivistas y curadores de museos (Archivists and curators)* e 2622: *Bibliotecarios, documentalistas y afines (Librarians and related information professionals)*. É interessante observar que há uma mudança na forma de referir-se aos Arquivistas e Museólogos nas versões CIUO 88 e CIUO 08, sendo eles designados, na primeira, como *Archiveros y conservadores de museos* e, na segunda, conhecidos como *Archivistas y curadores de museos* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005).

de Museólogo mobilizam conhecimentos e habilidades específicas, contudo, explica que não é possível defender a separação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” em duas Famílias, devido à inexpressividade numérica destes profissionais no país¹⁰. Esta informação somada à parte do Relatório de Observações por Família (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição, que informa sobre a rejeição dos representantes do comitê de se unirem à Família ocupacional de Profissionais da informação, por questões conceituais e metodológicas relacionadas ao objeto de trabalho, podem explicar o motivo pelo qual Arquivistas e Museólogos permaneceram juntos em uma mesma Família ocupacional. Deste modo, ao que tudo indica, o que pesou para a junção destas ocupações foram motivos de ordem pragmática.

Não foram decisivas para esta junção, portanto, quaisquer aproximações entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, como, por exemplo, a presença persistente nos museus e nos arquivos da fase técnica e custodial, também conhecida como paradigma empírico-patrimonialista, caracterizada pela supervalorização da custódia e da conservação (SILVA, 2002; 2013). Inclusive, este paradigma empírico-patrimonialista parece ter sido superado pelos membros do comitê de descrição ao proporem, por exemplo, uma descrição para a ocupação de Arquivista que abrangesse todas as fases do ciclo documental e não apenas os arquivos permanentes.

3 O PROCESSO DE VALIDAÇÃO DA FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”

A validação da família 2613 foi agendada para o dia 30 de novembro de 2000, mas ocorreu no dia 07 de dezembro de 2000, em São Paulo. Na fase final de validação da Família 2613, o Relatório de Ocupações por Família (BRASIL, 2000-2001) deixou de usar definitivamente a denominação Arquivologistas para empregar o termo Arquivistas. Sobre os nomes das profissões e das ocupações, Cunha e Crivellari (2004, p. 40) fazem uma consideração relevante:

Para Bourdieu (1989), uma instituição pública encarregada de produzir estatísticas e classificações (como a nossa CBO) pode ser analisada como instituto do Estado que, ao produzir taxonomias oficiais, investidas de um valor jurídico, sobretudo nas relações entre padrões e empregados, tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, consagra uma relação de forças entre os agentes a respeito dos nomes das profissões e das ocupações, componente essencial da identidade social. A gestão dos nomes é uma gestão da raridade material de um grupo profissional e é, portanto, objeto de lutas.

¹⁰ Em 2000, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Grupo de base “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos” (código 1-91), da CBO 1994, era composto por 7.292 pessoas com vínculo ativo em 31/12/2000 e com escolaridade igual a Superior completo, Mestrado e Doutorado (BRASIL, 2019). De acordo com os dados mais recentes da RAIS/MTE, de 2018, a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” possuía 2.940 pessoas com vínculo ativo em 31/12/2018 e com escolaridade igual a Superior completo, Mestrado e Doutorado, sendo 2.327 pessoas da Ocupação Arquivistas e 613 da Ocupação Museólogos (BRASIL, 2019). Até 2016, na base estatística da RAIS, não era possível consultar informações no nível de Ocupação, sendo o nível mais desagregado para as pesquisas a Família ocupacional, tal problemática foi desenvolvida por Alves (2016).

Quanto aos membros desta etapa de validação, o facilitador observa:

Para elaborar o escopo do Comitê de Validação da Família Ocupacional dos Arquivistas e Museólogos convidamos, a princípio, quatro membros, bastante atuantes, do comitê de descrição. Dois, entre eles, ligados especificamente à área de museologia e uma, autônoma, atuando tanto na área de arquivologia quanto na área de museologia. Quanto ao quarto membro do comitê inicial foi considerado não só o fato de ser uma profissional muito ativa no comitê, mas, por ser, ao mesmo tempo, membro da Associação dos Arquivistas de S. Paulo. Num segundo momento, procuramos complementar o Comitê de Validação com novos membros através [sic] pedidos de indicações, visando obter quadros importantes nas áreas de atuação das duas ocupações da Família. Para isto [sic] fizemos contato com diversas instituições [sic] como universidades e associações importantes na área. É o caso, por exemplo, do Conselho Regional de Museologia (COREM) e do Conselho Federal de Museologia (COREM) [sic] [COFEM], ou ainda da Associação dos Arquivistas de São Paulo. [...] (BRASIL, 2000-2001).

Nesta etapa de fase de validação, o facilitador do processo aponta, no Relatório de Ocupações por Família (BRASIL, 2000-2001), quais foram as discussões que refletiram em mudanças na definição da Família ocupacional:

1 – Contrariando a equipe de especialistas do Painel de Descrição, o comitê de validação entendeu que a família deveria reunir as ocupações de arquivista, bibliotecário, conservador/restaurador e museólogo, nessa ordem especificada.

2 – A descrição sumária das ocupações realizada durante o comitê de descrição foi mantida pelo comitê de validação.

3 – Não reconhecem o Curador nem como ocupação nem como sinônimo da família.

4 – Estiveram presentes 1 representante do COFEM e a presidente do COREM [sic] que manifestaram insatisfação pela presença de pessoas não registradas no órgão [sic] de classe como museólogos. Referiam-se à museóloga autônoma e ao representante indicado pela direção do Museu Paulista, historiador de formação e registrado como técnico de nível superior em museologia. No entanto, ao final dos trabalhos, entenderam que o trabalho foi da maior relevância e pessoalmente não tiveram nenhum reparo a fazer quanto à atuação dos dois colegas.

Quanto aos sinônimos e ocupações [sic] o comitê de validação apresentou concordância com os especialistas do comitê de descrição (BRASIL, 2000-2001, grifo meu).

O conveniado observou, nesta fase de validação, que:

A condução do facilitador para manter a família [sic] unida, seguindo a linha do primeiro encontro, encontrou eco no *comitê que realizou uma proposta que encaminha para a formação de uma família dos profissionais da informação*. Parece esta uma solução bastante adequada e que reforça a família [sic] destas ocupações.

Esta situação constitui um avanço em relação ao comitê de especialistas [sic] que tinha uma postura mais propensa à separação das ocupações em famílias diferentes (BRASIL, 2000-2001, grifo meu).

As duas últimas citações supracitadas manifestam algo relevante: os representantes do comitê de validação assumiram uma postura diferente da apresentada pelos representantes do comitê de descrição e pelo MTE. Os especialistas participantes da etapa de validação da Família ocupacional não concordaram que Arquivistas e Museólogos deveriam formar Famílias ocupacionais distintas ou integrarem uma Família ocupacional composta apenas por estas duas ocupações. Eles entenderam que os Arquivistas e os Museólogos deveriam unir-se aos Bibliotecários, Conservadores/Restauradores formando uma nova Família ocupacional. Isto indica que estes membros compartilharam do sentido abrangente de Profissionais da informação e que esta solução,

que se assemelha à CBO 1994, foi bem aceita pelo MTE.

O comitê de validação concordou com o comitê de descrição no que diz respeito aos títulos sinônimos e ao não reconhecimento do Curador como sinônimo para a ocupação de Museólogo. O curioso nesta parte é que não há informações nas fontes primárias disponibilizadas pela DCBO de como o título sinônimo Curador foi aceito na CBO 2002 e como foram incluídos os dois títulos sinônimos para os Arquivistas e os dois títulos sinônimos para os Museólogos presentes também na atual versão da CBO. Além disso, o material fornecido pelo DCBO não permitiu compreender como se deu a conciliação entre as propostas feitas nas fases de descrição e de validação e o produto final publicado na CBO 2002.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CBO é uma classificação muito utilizada no mercado de trabalho e, por isso mesmo, é importante discutir sua elaboração e suas limitações. Neste artigo ficou evidente que este instrumento classificatório representa categorias de pensamento produzidas pelo Estado, que considerou, mesmo que em parte, a visão dos próprios profissionais da área.

As fontes primárias, fornecidas pela DCBO revelarem os motivos da junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional. Destaca-se que o uso da CIUO 88 como referência nos trabalhos de elaboração da CBO 2002; que a baixa expressividade numérica da Família ocupacional e que a rejeição dos representantes do comitê de descrição de se unirem à Família ocupacional de Profissionais da informação resultaram em uma junção eminentemente prática. Portanto, não foi a predominância do paradigma custodial, nem de outras interfaces entre a Arquivologia e a Museologia, que resultou nesta junção. Além disso, este estudo mostrou que há falta de consenso em abrigar ou não Arquivistas e Museólogos sob o “guarda-chuva” de Profissionais da informação.

As áreas de atividades nas quais os Arquivistas e os Museólogos têm direito de controlar a prestação de serviços estão legalmente estabelecidas, ou seja, há uma fixação da jurisdição profissional, através das leis que regulamentam estas profissões¹¹, mas, ainda assim, existem disputas interprofissionais que marcam o campo destas profissões. Esta diferença entre as atribuições de cada profissão e a defesa do monopólio do espaço profissional ficaram evidentes no confronto discursivo sobre a unidade da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, que ocorreu entre os especialistas participantes das fases de descrição e de validação desta Família ocupacional.

As classificações, muitas vezes, possuem um cunho prático que nem sempre acompanha as

¹¹ No Brasil, as profissões de Arquivista e de Museólogo são regulamentadas, respectivamente, pela Lei nº 6.546/78 e pela Lei nº 7.287/84.

mudanças dos discursos teóricos e epistemológicos dos campos. Além disso, as situações e condições de trabalho são alteradas por vários motivos, como, por exemplo, pela globalização, pela inserção de novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade e pelas novas formas de organização do trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Estas mudanças afetam o conceito de ocupação, que se modifica, e, por isso, as classificações de ocupação necessitam de constantes atualizações e revisões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Para além de conhecer a estrutura de um instrumento classificatório é importante conhecer as inter-relações, as disputas, os interesses e o processo de elaboração das classificações (RIBEIRO; SENRA, 2017). Em futuras oportunidades de revisão da CBO, esta pesquisa poderá apoiar e orientar eventuais alterações. Este estudo também poderá motivar a ação das organizações profissionais e/ou acadêmicas para formular uma demanda de revisão da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiara dos Santos. **A família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”**: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base CBO**. Grupo de Base Bibliotecários, arquivologistas e museólogos. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, s/d. Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=9&gb=1>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: Buscas por Título: Arquivistas e museólogos. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007-2017a. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2010a. Não paginado. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO 2002. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007-2017b. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: Informações

Gerais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007-2017c. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=MASd9NwTA0LTlslDzm1v88Xr.slave13:mte-230-cbo-01>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública de Parcerias SPPE/MTE N° 22/2010**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **[Estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002]**. São Paulo: Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, 2000-2001.

COSTA, Ludmila Leite Madeira da; LIMA, Diana Farjalla Correia. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Não paginado.

CUNHA, Mirian Vieira de; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. *In: VALENTIM, Marta Lígia (org.). Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Nacional de Classificação. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Comissão Nacional de Classificação, 2019. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes>. Acesso em: 27 dez. 2019.

LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones. Página de Entrada**. Suíça: CIUO, 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIBEIRO, Ana Rosa Pais; SENRA, Nelson de Castro. Estruturação do campo da produção da informação estatística oficial a luz da teoria bourdieusiana. *In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 327-349.

SILVA, Armando Barreiros Malheiros da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. *In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS*, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

SILVA, Armando Barreiros Malheiros da. A transição paradigmática e o posicionamento da museologia face à ciência da informação transdisciplinar. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 17-38.

WHY DO ARCHIVISTS AND MUSEOLOGISTS BELONG TO THE SAME OCCUPATIONAL FAMILY IN THE BRAZILIAN CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS?

Abstract: *Archivists and Museologists are gathered in the same Occupational family in the current version (2002) of the Brazilian Classification of Occupations, although these professionals have different objects of work and specific attributions in society. Thus, the purpose of this article was to explain why the position of Archivists and Museologists occurs in the same Occupational family. This qualitative, descriptive, and explanatory research was based on bibliographical and documentary research, from the primary sources of the Brazilian Classification of Occupations Division. The studies of these primary sources revealed that Archivists and Museologists belong to the same Occupational family for pragmatic reasons – there was no theoretical and methodological consistency for this junction. This is a result of the numerical inexpressiveness of professionals and the use, even if adapted, of the Uniform International Classification of Occupations (1988) as a reference for the elaboration of the Brazilian Classification of Occupations. The relevance of this work is the possibility of guiding eventual changes, in future opportunities of revision, of the Brazilian Classification of Occupations.*

Keywords: *Brazilian Classification of Occupations. Archivists. Museologists. Occupational family.*

Originals recebidos em: 30/12/2019

Aceito para publicação em: 24/06/2020

Publicado em: 30/06/2020